

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO VITORIA SPORT CLUBE RELATIVO AO RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015/2016

Julga o Conselho Fiscal que este foi o exercício mais determinante dos últimos 4 anos em que está em funções. A contundência desta afirmação tem como suporte dois factos que ocorreram neste período, e que, a nosso ver, se constituem de enorme relevo. São eles, por um lado, a manutenção do peso percentual de 40% no aumento de capital ocorrido em Junho de 2016 na Vitória SAD, e, por outro, a renegociação de condições bancárias associadas aos financiamentos de médio e longo prazo.

Embora distintos nas suas características e impactos, coincidem ambos na amplitude temporal da sua repercussão – pois são medidas estruturantes - e na significância formal que transmitem – pois terminam um período de debilidades e convergem para o exterior como um sinal de força e vitalidade desta instituição. Aos longos destes 4 anos, nesta instituição, seria difícil antecipar que o Clube teria hoje capacidade para reduzir spreads de financiamentos bancários, numa clara demonstração de força negocial e, simultaneamente, de dispensar ativos líquidos essenciais, outrora, para assumirem o serviço da dívida e utilizá-los, hoje, para manter a sua posição relativa na SAD.

Ambos têm um denominador comum: a perceção de que o risco associado à gestão do clube, quer na perspetiva dos stakeholders, quer na própria perspetiva desta Direção, se reduziu drasticamente.

No cumprimento do mandato que os associados nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, analisámos o Relatório e Contas apresentado pela Direção do Vitória Sport Clube para o ano 2015/2016, o qual nos merece os seguintes ênfases:

1º Os resultados líquidos do exercício ascendem a 254 mil euros negativos e representam uma melhoria de 48% face ao ano anterior. É consequência de um crescimento de 16% do EBITDA (que passa para cerca de 972 mil euros) e de uma redução de 12,5% nos encargos financeiros (que descem cerca de 49 mil euros). Esta performance operacional permitiu libertar maior liquidez e, por esta via, incrementar a taxa de cobertura das responsabilidades que são pagas com recurso a fundos próprios.

2º Observou o Conselho Fiscal uma redução de receitas ao nível das quotizações e correlacionadas de 10,4%, para cerca de 1,72 milhões de euros. Face a esta redução o valor total de receitas inerentes ao protocolo entre o Clube e a SAD não atingiu o valor mínimo clausulado de 850 mil euros. Auditou o Conselho Fiscal o apuramento dessa diferença, a qual se cifrou em favor do Clube em cerca de 63 mil euros. O Conselho Fiscal comprovou o movimento contabilístico desta verba compensatória e atesta que a mesma se encontra inscrita, como deveria, na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos.

3º Explicar este padrão negativo da receita das quotizações pelo nexos causal baseado na performance desportiva do Clube e da crise de rendimentos que afeta as famílias vimaranenses é, no nosso entendimento, insuficiente. Impõe-se uma profunda necessidade de reflexão sobre o atual sistema de quotizações. A melhoria dos métodos de cobrança, a reformulação dos benefícios existentes aos associados, a par de um melhor controle de entradas no estádio, que reduzam situações de abuso, permitirão, a nosso ver, uma melhoraria dos potenciais de crescimento desta receita.

4º Pôde o Conselho Fiscal aferir uma importante melhoria das condições contratuais de financiamento bancário, resultado de um profícuo processo negocial, e que permitiu uma forte redução das taxas de juro médias a suportar pelo Clube. Não obstante uma redução de cerca de 49 mil euros neste exercício, relembra o Conselho Fiscal de que no orçamento em vigor para o exercício de 2016/2017 essa redução

prevê-se de 147 mil euros. A credibilidade que o Vitória conquistou no setor financeiro e a excelente performance gestonária dos últimos anos estão na base da mais importante conquista deste exercício.

5º Em auditoria à evolução do quadro de pessoal, reportamos que existe uma redução líquida de 7 colaboradores face ao ano transato, passando para um total de 43 colaboradores. Destes apenas 10 são afetos à estrutura do Clube. Neste exercício existiram acordos de rescisão com 7 colaboradores afetos à SAD, e foram apuradas verbas indemnizatórias de cerca de 114 mil euros. Quer os custos salariais, quer os custos de indemnizações foram suportados pela SAD. A gestão do risco de interação operacional entre a SAD e o Clube apresenta, pois, provas evidentes de boas práticas.

6º Dentro da política de rentabilização do potencial patrimonial do Clube, constata o Conselho Fiscal a celebração de um contrato de aluguer dos espaços da bancada nascente ao Grupo Solinca. As receitas anuais estimadas resultantes desse contrato cifram-se em cerca de 178 mil euros e irão assumir-se como mais uma importante fonte de receita do Clube a partir do próximo exercício.

7º As contas consolidadas das modalidades e piscinas, apresentam uma deterioração não negligenciável e encerraram com resultados de cerca de 140 mil euros negativos. Os principais contribuintes para o aumento do défice são o basquetebol e a natação, com um agravamento de 50% e 31.5%, respetivamente. Importa refletir sobre qual o patamar máximo de investimento que o Clube pode assumir nas modalidades, e assegurar as ferramentas internas para que cada modalidade garanta o cumprimento desses objetivos.

8º Ao nível das contas do balanço, destaca o Conselho Fiscal a redução do passivo para cerca de 10.8 milhões de euros (menos 14% que no ano anterior). Cerca de 28% da redução do passivo teve como origem fundos próprios do clube e 72% foi ainda assumida através da utilização de suprimentos. Constata-se também uma importante redução de 33% na dívida a fornecedores. Esta redução transmite a prioridade desta direção em regularizar estes pendentes de pagamento resultantes do plano de reestruturação, algo que nos apraz registar. Quer a dívida tributária, quer a dívida bancária, apresentam o plano de pagamentos a ser integralmente cumprido.

9º O passivo corrente engloba todas as dívidas que deverão ser saldadas no espaço inferior a um ano, e assume-se como um indicador avançado da necessidade de liquidez que o Clube necessita de angariar. Esta variável regista um decréscimo de 21,7%, passando para cerca de 2,3 milhões de euros, o que permite antever uma maior capacidade em pagar uma fatia cada vez maior do esforço da dívida com fundos próprios.

10º Contrariamente à metodologia utilizada no ano transato, os valores em caixa existentes nos diversos departamentos e modalidades não foram depositados na conta bancária no fecho do exercício. Parece-nos importante retomar esta boa prática no sentido de disciplinar a forma de gestão desta rubrica e podermos assim, auditar e confirmar os respetivos saldos.

11º O Conselho Fiscal auditou a operação de aumento de capital da Vitória SAD e verificou existirem evidências de que o Clube manteve a proporção que detinha no capital social da Sociedade, 40%, através da utilização de suprimentos no valor de 1,186 milhões de euros. À luz dos parâmetros económico-financeiros em análise, esta opção não coloca em causa, a nosso ver, a sustentabilidade futura nem a liquidez necessária para cumprir com o plano de redução de dívida. Existem, contudo, dois fatores de risco que devem merecer toda a atenção: o descontrolo e agravamento do saldo de exploração das modalidades; a persistência da degradação das receitas das quotizações. O stock de suprimentos do Clube na SAD está agora em cerca de 3,1 milhões de euros.

Conclui o Conselho Fiscal que o futuro do Clube está cada vez mais nas suas próprias mãos e cada vez menos nas mãos dos seus credores e dos fundos creditícios existentes na SAD. O efeito futuro de algumas medidas estruturais tomadas neste exercício, a par de outras que poderão e deverão surgir no sentido de reduzir os riscos acima inumerados, permite-nos concluir que continuam a ser dados passos decisivos na tão desejada estabilização financeira, que permitem dissipar as nefastas consequências decorrentes do pesado fardo que o Clube herdou, motivado por um paradigma cumulativo de excesso de dívida e de despesa.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal considera que o relatório e contas de 2015/2016 não só representa fielmente a situação financeira e patrimonial do Vitória Sport Clube como, do ponto de vista dos resultados obtidos, nos assegura a viabilidade do seu projeto. Assim sendo, o Conselho Fiscal não tem qualquer dúvida em, por unanimidade, dar um parecer favorável à sua aprovação.